



INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

WAGNER TENÓRIO DOS SANTOS

O CONSELHO DE CLASSE NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
DENTRO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

PORTO VELHO - RO

2023

WAGNER TENÓRIO DOS SANTOS

O CONSELHO DE CLASSE NUMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
DENTRO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Calama do Instituto Federal de Rondônia como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientação: Josélia Fontenele Batista.

PORTO VELHO - RO

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237c

Santos, Wagner Tenório dos.

O Conselho de classe numa perspectiva da educação inclusiva dentro do
Instituto Federal de Rondônia - Campus Guajará-Mirim / Wagner Tenório dos
Santos, Porto Velho-RO, 2023.

41 f.

Orientador(a): Prof^a Dra. Josélia Fontenele Batista.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2023.

1. Conselho de Classe. 2. Educação. 3. Guia pedagógico. I. Batista, Josélia
Fontenele (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO. III. Título.

CDD: 371

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956 (Campus Porto Velho Calama)

AGRADECIMENTOS

Externo minha gratidão ao meu pai, minha mãe e ao meu irmão, que são em essência a base do meu refúgio e sossego. Além disso, agradeço aos profissionais da educação que fizeram parte e contribuíram significativamente para minha formação acadêmica e profissional. Agradeço a Larissa, minha namorada, que contribuiu significativamente na revisão da pesquisa e no desenvolvimento da diagramação do produto educacional. Por fim, agradeço aos meus amigos e colegas que compartilham seu tempo e atenção comigo. Entendo que somos construídos e moldados com pequenas doações de amor, afeto, tempo, experiências e conhecimentos, assim, por vezes me sinto com o coração alegre e feliz por contar com o apoio e a compreensão dessas pessoas.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Rondônia – IFRO. A pesquisa está inserida na linha pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica”. A pesquisa tem como tema o Conselho de Classe numa perspectiva da educação inclusiva. Assim, foi realizado uma análise sobre o Conselho de Classe de uma turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Rondônia – IFRO *Campus* Guajará-mirim a fim de verificar os problemas e desafios quanto à abordagem da situação dos alunos com deficiência com o intuito de criar um produto educacional que traga propostas de ações que possam melhorar gestão do processo ensino-aprendizagem. O referencial teórico utilizado para dialogar com os dados obtidos na pesquisa e fundamentar as concepções e reflexões extraídas durante as análises leva em consideração autores que discutem sobre Gestão Pedagógica – CAMARGO, 1997; HORA, 2007; LÜCK, 2010, entre outros, Conselho de Classe – DALBEN, 2004; CRUZ, 2005; PARO, 1986 e Educação Inclusiva – GUSMÃO, 2011, MANTOAN, 2000; MARTÍN, 2006. Para isso, a pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados e de análise respectivamente a Pesquisa-Ação Participante e a Análise Textual Discursiva – ATD. Desse modo, com o apoio e colaboração das pessoas que participaram da pesquisa, foi possível entender as dinâmicas, desafios e problemas na realização do Conselho de Classe e em seguida a construção de um guia pedagógico, como produto educacional, para contribuir com o desenvolvimento do Conselho de Classe dentro da instituição. Conclui-se que o - Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe inclusivo - apresentado e avaliado pelos participantes da pesquisa poderá contribuir para a prática do Conselho de Classe dentro da instituição, ao mesmo tempo, que contribuirá para a promoção da educação inclusiva dos alunos com deficiência e necessidades específicas dentro da instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de Classe; Educação; Inclusão; Guia Pedagógico.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research carried out in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education – ProfEPT at the Federal Institute of Rondônia – IFRO. The research is part of the research line “Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education”. The research theme is the Class Council from the perspective of inclusive education. Thus, an analysis was carried out on the Class Council of a class of the Computer Technician Course Integrated into High School at the Federal Institute of Rondônia – IFRO Campus Guajará-mirim in order to verify the problems and challenges regarding the approach to the situation of students with disability with the aim of creating an educational product that brings proposals for actions that can improve management of the teaching-learning process. The theoretical framework used to dialogue with the data obtained in the research and support the conceptions and reflections extracted during the analyzes takes into account authors who discuss Pedagogical Management – CAMARGO, 1997; HORA, 2007; LÜCK, 2010, among others, Class Council – DALBEN, 2004; CRUZ, 2005; PARO, 1986 and Inclusive Education – GUSMÃO, 2011, MANTOAN, 2000; MARTÍN, 2006. To this end, the research adopted a qualitative methodological approach, using Participant Action Research and Discursive Textual Analysis – ATD as data collection and analysis techniques, respectively. In this way, with the support and collaboration of the people who participated in the research, it was possible to understand the dynamics, challenges and problems in carrying out the Class Council and then the construction of a pedagogical guide, as an educational product, to contribute to the development of the Council. Class within the institution. It is concluded that the - Pedagogical guide for carrying out an inclusive Class Council - presented and evaluated by the research participants may contribute to the practice of the Class Council within the institution, at the same time, it will contribute to the promotion of inclusive education of students with disabilities within the institution.

KEYWORDS: Class Council; Education, Inclusion, Pedagogical Guide.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- DAPE- Departamento de Apoio ao Ensino.
- CAED – Coordenação de Assistência ao Educando.
- NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.
- IFRO – Instituto Federal de Rondônia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1-	Conselho de classe – discussões históricas, jurídicas e pedagógicas.	12
2.2-	Uma escola para todos: discussões sobre a educação inclusiva.	18
2.3-	Caminhos percorridos para a construção da pesquisa.	22
2.4-	Concepções e visões sobre o Conselho de Classe numa perspectiva da Educação Inclusiva no Instituto Federal de Rondônia campus Guajará-Mirim.	25
2.5-	Desenvolvimento e avaliação do produto educacional em uma perspectiva da educação inclusiva.	33
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

(Re)pensar as ações dentro de uma instituição de ensino é fundamental para identificar e realçar o que está dando certo e buscar ajustar aquilo que não estiver.

Cediço que, por trás da sala de aula, existe um conjunto de ações que contribuem para que o ensino e a aprendizagem aconteçam. São diversos atores participando dessas ações, buscando alcançar a oferta de um ensino de qualidade para os mais diversos alunos que frequentam o mesmo espaço educacional.

Neste sentido, os Conselhos de Classe, enquanto organismos que compõem os colegiados, procuram, de forma individualizada e humanizada, discutir, refletir e traçar estratégias para sanar lacunas nos processos de ensino e aprendizagem, seja identificando problemas de aprendizagem ou no método/ metodologia aplicada pelos professores, seja nos problemas estruturais e organizacionais dentro da escola.

Da mesma forma, em um contexto humanizador, existe mais uma importante variável a ser considerada e discutida nos espaços de apoio, as questões voltadas a efetividade da inclusão.

Contudo, existem inquietações de quem participa desse processo, que muitas vezes não são sanadas, entre elas, a falta de orientação de aplicabilidade das estratégias construídas durante os conselhos e a ausência de efetividade dessas ações ao longo do ano letivo.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar, a partir de visões e concepções dos membros do Conselho de Classe de uma turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio dentro do Instituto Federal de Rondônia – IFRO no Campus Guajará-Mirim, as lacunas gerenciais que levam à falta de efetividade da inclusão escolar e em seguida desenvolver um produto educacional que apresente alternativas ou propostas para que essas lacunas sejam amenizadas.

A educação inclusiva é mais do que uma simples ideia, é um movimento que procura atender um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, o princípio da Dignidade de Pessoa Humana. Nesse sentido, vai muito além de meramente oferecer à pessoa com deficiência um espaço em uma instituição de ensino, pois atribui aos atores sociais, (Estado, família, sociedade e escola), a missão de possibilitar o acesso a um ensino de qualidade e mecanismo que contribuam para o desenvolvimento e atendimento de suas necessidades, tendo como objetivo principal a garantia de uma vida digna a essas pessoas.

Assim, considerando que para que o Conselho de Classe possa produzir impactos efetivos, faz-se necessário garantir sua aplicabilidade e acompanhamento das estratégias construídas durante sua realização, o foco da pesquisa foi no Conselho de Classe como instrumento da promoção do processo inclusivo dentro da instituição, com foco na inclusão escolar.

Segundo a Resolução nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018 que dispõe sobre o Regulamento do Conselho de Classe, do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Art.3º. O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

A resolução ainda afirma que

Art.5º. São competências do Conselho de Classe: I - realizar diálogos para a compreensão das problemáticas educacionais; II - propor alternativas de aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem por meio da revisão dos métodos e técnicas de ensino e de avaliação, face às exigências das necessidades apontadas; III - propor meios de intervenção junto aos discentes com dificuldades identificadas no processo de ensino aprendizagem; IV - conduzir o processo de autoavaliação dos professores mediante sua atuação no processo educativo, por meio de análises dos resultados obtidos pela turma em cada disciplina, incentivando a troca de ideias e o intercâmbio de experiências; V - analisar o nível de desempenho escolar dos discentes, por meio do seu aproveitamento, da sua assiduidade e de suas possibilidades de crescimento e superação das dificuldades; VI - deliberar sobre a aprovação em conselho ou retenção no período letivo com base no desempenho escolar e resultado das intervenções realizadas ao longo do processo formativo, respeitando-se as normativas e legislação vigente.

Assim, como professor EBTT no Instituto Federal de Rondônia – IFRO Campus Guajará-Mirim participo do Conselho de Classe e houve a identificação de que existe um problema no gerenciamento das estratégias construídas durante o Conselho de Classe: dentro da instituição não há um fluxo de aplicação, acompanhamento e avaliações das estratégias traçadas no Conselho de Classe, ainda mais quando relacionados à alunos com algum tipo de deficiência. Logo, a identificação dessa problemática na realidade local aguçou o interesse em pesquisar sobre qual seria a percepção dos demais servidores que participam desse ato pedagógico. Por isso, essa pesquisa é fundamental para identificar os problemas e desafios e posteriormente criar um espaço de reflexão em conjunto com o grupo que participa desse Conselho de Classe acerca dos empecilhos que limitam a efetividade da inclusão no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Rondônia – IFRO campus Guajará-Mirim.

Vale ressaltar que o interesse pela educação inclusiva está intrinsicamente relacionado as experiências pessoais, uma vez que sou uma pessoa com deficiência incluída nesses processos de ensino e aprendizagem no contexto da educação inclusiva. Desse modo, desde a primeira experiência como aluno e posteriormente como professor vivenciei e ainda vivencio na pele os desafios de ser uma pessoa com deficiência lutando para construir seu espaço na sociedade.

Logo, a pesquisa é importante para Educação Profissional e Tecnológica por dar sentido a uma prática de apoio pedagógico dentro da escola que pode não estar sendo efetiva em todas as competências mencionadas na Resolução nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018. Assim, aprimorar a estrutura e organização das ações pedagógicas dentro da escola é fundamental para garantir uma educação de qualidade ao aluno e consequentemente à sociedade.

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Rondônia – IFRO Campus Guajará-Mirim. Atualmente a instituição conta com dois Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio: Informática e Biotecnologia, com turmas de primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio, além de cursos superiores, subsequente e de Pós-graduação.

A pesquisa teve como participantes apenas servidores que fazem parte do Conselho de Classe de uma turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Como critério para a escolha da turma foi levado em consideração como preferência, turma de 2023/1 que possuía mais alunos com deficiência ou que tivesse alguma necessidade específica. Desse modo, participaram da pesquisa 15 (quinze) pessoas que fazem parte desse Conselho de Classe. O caminho selecionado para a realização da pesquisa, ou seja, a metodologia escolhida foi a qualitativa. A escolha partiu do princípio de trabalhar com as aspirações, significados, valores e atitudes percebidas pelos participantes do Conselho de Classe.

O trabalho está estruturado nas seguintes seções: A primeira seção é sobre o “Conselho de classe – discussões históricas, jurídicas e pedagógicas”, nessa seção é abordado um levantamento histórico do surgimento do Conselho de Classe, além disso, discute-se aspectos pedagógicos e jurídicos que direcionam a realização dos Conselhos de Classe nas instituições de ensino. A segunda seção é sobre “Uma escola para todos: discussões sobre a educação inclusiva”, nessa seção é possível verificar discussões acerca da educação inclusiva, tanto em aspectos conceituais, quanto técnico, pedagógico e jurídico. A terceira seção é

abordado os “Caminhos percorridos para a construção da pesquisa”, nessa seção há a descrição dos passos trilhados para a construção da pesquisa, desde o procedimento metodológico, até a execução da coleta de dados e análise das informações. Na quarta seção é abordado as “Concepções e visões sobre o Conselho de Classe numa perspectiva da Educação Inclusiva no Instituto Federal de Rondônia campus Guajará-Mirim”, essa seção traz as categorias verificadas após as análises dos dados recolhidos por meio das entrevistas realizadas no modelo de rodas de conversas. Por fim, na quinta seção analisa-se o “Desenvolvimento e avaliação do produto educacional em uma perspectiva da educação inclusiva”.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- Conselho de classe – discussões históricas, jurídicas e pedagógicas.

Os processos de ensino e de aprendizagem faz parte daquilo que a sociedade entende, ouve e discute, a Educação. Existe diversos sujeitos dentro da sociedade que são responsáveis para que esse fenômeno exista e aconteça. O Estado e a Família são sujeitos fundamentais nesse processo, inclusive estão consagrados na Carta Magna. Nesse sentido, segundo a Constituição Federal de 1988 – CF/88 “Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Analizando esse artigo sob o ponto de vista jurídico e social é possível visualizar os direitos básicos da educação, além disso, é possível deduzir os objetivos gerais da educação. Sobre os direitos básicos, a CF/88 afirma que a educação é um direito, ou seja, é uma prerrogativa assegurada em lei a todas as pessoas que residem no país. Logo em seguida, CF/88 atribui a responsabilidade em assegurar esse direito a três sujeitos, o Estado, a família e a sociedade. Desta forma, diferente do que muitos pensam, o Estado tem parcela de responsabilidade e a outra parcela é atribuída a família e a sociedade.

Sobre os objetivos gerais da educação, é possível perceber que existem três: assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa; garantir o preparo da pessoa para o exercício da cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho. A fim de executar esses três objetivos

previsto na CF/88 é necessário que exista uma harmonia e diálogo entre os três sujeitos mencionados. O Estado tem o dever de oferecer estrutura, profissionais e outros aportes necessários para funcionamento da escola. A família deve assegurar que a criança, o adolescente e a pessoa adulta tenham condições de frequentar esses espaços. Já a sociedade tem diversas atribuições, como por exemplo, assegurar a fiscalização na aplicação dos recursos públicos na educação.

Logo, percebe-se que discutir educação envolve muitos fatores. Nesse sentido é preciso fazer um recorte, para que as discussões se voltem para temas específicos e que possivelmente ajudarão a compreender um pouco dessa complexidade. Assim, como política de Estado, mais especificamente política pública educacional, o Conselho de Classe pode ser considerado fruto de um processo de conquista democrática que seguiu as mudanças que aconteceram dentro do Estado ao longo do século XX.

Deste modo, considerando o papel do Estado e sua relação com os processos históricos que acontecem dentro da sociedade, não se pode pensar o papel da educação e das instituições públicas e privadas que oferecem ensino para alunos de todos os níveis sem um embate entre as mudanças e configurações sociais de determinadas épocas. Exemplo disso é o mercado e o sistema de produção e globalização vigente no mundo e sua influência dentro das escolas, seja do ponto de vista psicossocial, seja do ponto de vista organizacional e estratégico. Corroborando com o pensamento, Barroso afirma que “Vivemos em pleno processo de recomposição das relações entre Estado e mercado, no que concerne ao fornecimento e, também financiamento dos serviços públicos, incluindo, pois, a educação” (p. 745, 2005).

É neste processo que surgem importantes documentos que dão base para a configuração de Educação vigente no Brasil, entre os principais, como consagrado na carta magna, está o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Nesse documento, importantes intelectuais, como Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, (entre outros), discutem as bases para uma educação pública, gratuita, obrigatória e laica. Sobre o Manifesto, Saviani diz

Como uma espécie de coroamento de um processo que se vinha desenvolvendo desde a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, foi lançado em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dirigido “ao povo e ao governo”, esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela construção educacional (p. 33, 2004)

Observa-se que o Manifesto trouxe uma nova proposta de educação, onde valorizava o indivíduo enquanto sujeito dotado de direitos e necessidades específicas, ao mesmo passo que respeita o desenvolvimento natural e integral do ser humano, considerando as suas fases e noções de mundo. Sendo possível inferir a importância da educação como ferramenta para a reconstrução do social.

Visando essa reconstrução social, pesquisadores brasileiros trouxeram da França um novo formato de discussões sobre o desenvolvimento do ensino dentro das escolas. Segundo Rocha (1982) o Conselho de Classe teve origem na França em 1945 a partir da criação de três conselhos, o Conselho de Classe, o Conselho de Orientação e o Conselho Departamental de Orientação. Esses conselhos, segundo Rocha (1982) tinha o objetivo de implantar um sistema mais democrático dentro das escolas, ao mesmo tempo garantir a interdisciplinaridade dentro das classes experimentais, que buscavam garantir aos estudantes o acesso ao ensino clássico e técnico. Corroborando com o pensamento de Rocha (1982), Dalben afirma que

Por ocasião da reforma de ensino francesa de 1959, foram instituídos três tipos de conselhos; o Conselho de Classe, no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental de Orientação, em esfera mais ampla. Essa reforma almejava declaradamente organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, com vista a oferecer, a cada um, o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões. (p.22, 2004).

A partir das proposições do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e do contato com o novo formato de educação na França, o Conselho de Classe começa a ganhar respaldo jurídico no Brasil a partir da promulgação da Lei nº 6.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes do 1º e 2º grau. Entre os principais pontos destaca-se o art. 14, o qual prescreve que

Art. 14. A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

Fazendo uma análise do artigo é possível visualizar mudanças no formato de avaliação do rendimento escolar, o qual dá ênfase aos pontos qualitativos quando comparados aos quantitativos, além disso, valoriza os resultados oriundos no decorrer do ano letivo ao

ressaltar que são mais significativos do que os obtidos na prova final. Elenca também o direito dos alunos em realizar os estudos de recuperação. Estas questões reforçam a importância e a necessidade da existência dos Conselhos de Classe dentro das instituições de ensino, uma vez que esta prática tem como base os princípios acima elencados.

Desse modo, esse novo formato de ensino, determinado pela Lei nº 5.692/1971, encerra uma fase de ensino rígido, e busca introduzir um sistema integrado e flexível, capaz de habilitar os indivíduos a serem atuantes e participantes nas escolhas e decisões dentro da escola e na sociedade. Vale ressaltar que, conforme pontua Rocha (1986), os Conselhos de Classe não eram práticas obrigatórias dentro das escolas antes da referida lei, porém eram exercidos de forma livre pelas instituições que valorizavam esse tipo de prática.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, os Conselhos de Classes recebem uma nova roupagem, uma vez que a LDB trouxe novos princípios que repercutiram nas discussões e organização do sistema de ensino. Desse modo, umas das propostas enfatizadas estava a priorização do trabalho em equipe numa perspectiva de valorizar as práticas democráticas dentro e fora da escola. Com isso, os Conselhos de Classe se tornaram um órgão colegiado que reflete a ideia de gestão democrática na escola.

Sobre a gestão democrática, é interessante enfatizar que é um princípio consagrado na CF/88, a qual afirma que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Art. 206). Logo, sendo o Conselho um dos instrumentos para a gestão democrática, cabe aos gestores das instituições de ensino conduzir e assegurar que os conselhos sejam realizados. Para que isso aconteça, Veiga (1995, p.18) afirma que “é necessária a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações administrativas e pedagógicas ali envolvidas.” Corroborando com o pensamento, Luck (2010) aponta que quando discutimos questões envolvendo a gestão já é possível pressupor a ideia de participação, ou seja, a importância do planejamento, organização e decisões em conjunto com a equipe. Essa participação é fundamental para garantir decisões que melhor condizem com as necessidades daqueles momentos, além disso, fortalece os encaminhamentos sugeridos pela equipe.

A partir dessas reflexões, é possível afirmar que o Conselho de Classe é fundamental para a existência de uma gestão democrática, pois configura nesse processo o diálogo

necessário entre a escola e a comunidade, além disso, rompe com a visão autoritária de uma gestão verticalizada. Ainda, o conselho viabiliza a realização de um diagnóstico sobre o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos, garantindo a participação e o espaço de fala de todos os segmentos que compõe a escola, para a partir disso, em comum acordo com os membros, traçar estratégias e ações que contribuam para uma aprendizagem mais exitosa. No entanto, Paro (p. 46, 1986) afirma que “participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva.”

Para facilitar e garantir o fazer democrático dentro da escola por meio do Conselho de Classe, Hora afirma que

O fazer democrático no interior da escola realiza-se pela transformação das práticas sociais que ali se constroem, tendo como foco a necessidade de ampliar os esforços de participação e de debates, preservando as diferenças de interesse entre os diversos sujeitos e grupos em interação, criando condições concretas para a participação autônoma dos vários segmentos, viabilizando, nesse processo, horizontalidade das relações de força entre eles (p.31, 2007)

Contribuindo com o pensamento Camargo afirma que

Participar é um aspecto constituinte da democracia, mas não o único, o elementar, o essencial. Além do mais, é preciso compreender a partir de quais condições de produção falamos em participação? Em quais filiações discursivas o significante participação se encontra? Que sentido possui o significante participação para determinado sentido de democracia? [...] Faz-se necessário construir sócio-politicamente o sentido de participação, assim como seus mecanismos de ação (p. 125, 1997)

Como respostas a essas indagações, Demo afirma que

Participação é conquista. Todavia esta participação muitas vezes é limitada. Entretanto, aos poucos, atores interessados em vivenciar o exercício da sua cidadania, vão ocupando o seu lugar na sociedade, contribuindo para a construção dessa cidadania, e a escola é um dos locais, dessa construção (1999, 75.)

Com as reflexões realizadas até o momento, é possível afirmar que o Conselho de Classe é fruto de um processo histórico de conquista, onde as bases normativas foram se configurando com as mudanças na sociedade e no Estado, além disso, é fruto da troca de experiências com pesquisadores de outro país, que aos poucos foram sendo implantado no sistema escolar brasileiro. É considerado um colegiado que reflete o princípio da gestão democrática, sendo constituído por alunos, professores, coordenadores, gestores de escolas e em alguns casos por responsáveis pelos alunos. Tem como foco produzir um diagnóstico dos processos de ensino e aprendizagem a fim de colher informações que possibilitem identificar os problemas e necessidades dentro da instituição. A partir dessas informações, traçar

propostas relacionadas à ação educativa que contribuam para o aperfeiçoamento do agir pedagógico e dos processos de ensino e de aprendizagem.

É interessante observar que no Instituto Federal de Rondônia o Conselho de Classe é um órgão de apoio à gestão pedagógica, tendo um caráter consultivo e deliberativo em algumas ocasiões. Assim, segundo Resolução nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018 que dispõe sobre o Regulamento do Conselho de Classe, do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Art.3º. O Conselho de Classe é órgão de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo em qualquer instância e deliberativo, no limite de suas competências, responsável por acompanhar a vida acadêmica dos alunos e por avaliar o desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de Nível Médio.

Analisando o dispositivo extrai-se que o Conselho de classe caminha junto da gestão pedagógica, uma vez que visa assegurar por meio de consultas e em alguns casos deliberações, o apoio nas ações e decisões da gestão, refletindo seu caráter democrático. Além disso, visa acompanhar o desempenho dos alunos do Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio.

A resolução ainda afirma que

Art.5º. São competências do Conselho de Classe: I - realizar diálogos para a compreensão das problemáticas educacionais; II - propor alternativas de aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem por meio da revisão dos métodos e técnicas de ensino e de avaliação, face às exigências das necessidades apontadas; III - propor meios de intervenção junto aos discentes com dificuldades identificadas no processo de ensino aprendizagem; IV - conduzir o processo de autoavaliação dos professores mediante sua atuação no processo educativo, por meio de análises dos resultados obtidos pela turma em cada disciplina, incentivando a troca de ideias e o intercâmbio de experiências; V - analisar o nível de desempenho escolar dos discentes, por meio do seu aproveitamento, da sua assiduidade e de suas possibilidades de crescimento e superação das dificuldades; VI - deliberar sobre a aprovação em conselho ou retenção no período letivo com base no desempenho escolar e resultado das intervenções realizadas ao longo do processo formativo, respeitando-se as normativas e legislação vigente.

Para isso a Resolução nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018 traz a constituição do conselho de classe, a saber:

Art.4º. O Conselho de Classe tem a seguinte constituição: I - Diretor de Ensino; II - Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio; III - Todos os docentes da turma em análise; IV - Chefe de Departamento de Apoio ao Ensino; V - Coordenador de Registros Acadêmicos; VI - Chefe do Departamento/Coordenador de Assistência ao Educando; VII - Técnico em Assuntos Educacionais, Pedagogo (área supervisão e orientação); VIII - Um discente representante da turma em análise; IX - Outros profissionais que atuam no campus com apoio pedagógico.

Por fim, após a análise histórica e jurídica do Conselho de Classe, é possível perceber que no Instituto Federal de Rondônia, este colegiado se corporifica a partir da existência da Resolução nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018, é traz uma série de responsabilidades consultivas e deliberativas que são fundamentais para o desempenho escolar do estudante. Nesse sentido, é importante também perceber que o papel socioeducacional que o Conselho de Classe possui dialoga com uma perspectiva histórica, jurídica e pedagógica. Portanto, compreender essas nuances são fundamentais para entender o sentido da sua existência dentro da instituição.

2.2- Uma escola para todos: discussões sobre a educação inclusiva.

Em outras épocas, principalmente no período colonial, pensar a escola como espaço aberto a toda comunidade seria uma afronta aos costumes, tradições e direitos para aquele período. Não eram todas as pessoas que poderiam frequentar os espaços “públicos”, inclusive a escola, esse direito era reservado a poucos. Entretanto, o direito a uma educação de qualidade para todos foi fruto de um processo histórico de conquistas e por isso, hoje, grande parcela da sociedade brasileira, apesar de suas exceções, pode desfrutar disso.

Nesse sentido, segundo o Ministério da Educação – MEC, a escola deve ser considerada como um

espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia a dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais, têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno (BRASIL, p.7, 2004).

Para subsidiar a reorganização do espaço escolar a fim de torná-lo acessível a todos, foi necessária a elaboração de diversos instrumentos, entre eles, direitos e garantias estabelecidos em lei, além é claro, de instrumentos pedagógicos que subsidiam a política de inclusão dentro da escola, abarcando todas as diferenças no contexto escolar.

Desse modo, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, em 2008 inaugurou no cenário brasileiro um novo paradigma no sistema de educação, buscando conciliar a organização da escola comum em conjunto com a Educação Especial por meio da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação

Inclusiva. Nesse sentido, o Estado não deveria apenas garantir o acesso de todas as pessoas ao sistema de ensino, mas ao mesmo tempo oferecer mecanismos e adequações que possibilitassem o desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos na escola. Toda essa mudança é fruto de concepções ligadas aos direitos humanos, logo, segundo o documento produzido pelo SECADI

a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, p.1, 2008)

Colaborando com o pensamento Bergamo (2009) afirma que a inclusão é um direito fundamental do ser humano que contribui para a existência de uma sociedade mais justa, na qual se preocupa com todas as pessoas independentemente das diferenças que os caracterizam.

Percebe-se que conjugar a ideia de igualdade e diferença como valores indissociáveis são caminhos para a conquista de uma equidade material. Vale observar que discutir o direito de equidade, não condiz apenas em ter como premissa a igualdade de todos perante a lei, mas ao mesmo tempo reconhecer as diferenças e oferecer mecanismos para que todos, de fato, possam estar em pé de igualdade entre si. Desse modo, a educação inclusiva caminha nessa direção, uma vez que recebe nos espaços das escolas pessoas diferentes, com necessidades específicas, e que buscam desenvolver todas suas potencialidades de forma igual.

Nesse processo de discussão sobre equidade formal e desenvolvimento de potencialidades, a escola será

aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados (BRASIL, p. 9, 2004)

Para que a escola inclusiva exista é necessário a realização de discussões e a aplicação de políticas de educação inclusiva. Nesse sentido,

A Política de Educação Inclusiva defende o direito de todas as pessoas terem acesso às escolas, e um ensino de qualidade que atenda às suas necessidades específicas. A incorporação deste princípio, neste ambiente que tem como produto agregado a aprendizagem, pode promover a instalação e a propagação de comportamentos que sejam consoantes com o princípio

inclusivo promovendo mudanças culturais em favor de uma sociedade mais inclusiva (GUSMÃO; MARTINS; LUNA, p. 82, 2011)

Quando há essa mudança de comportamento, a sociedade reconhece que ser diferente é normal, e que as pessoas têm o direito de ser iguais quando as diferenças inferiorizam. Sobre isso Santos afirma que

O princípio da diferença exige reconhecimento das diferenças. E surge o grande direito – o direito a ter direito nesta sociedade civil global. Temos o direito de ser iguais quando as diferenças nos inferiorizam. Temos o direito a ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza. É este o grande princípio por que temos que lutar
(p.7, 2001)

É nesse cenário de direito às diferenças e de ser diferente que surge a tentativa de pôr fim a um sistema de ensino excludente. Há necessidade da valorização de todas as especificidades e características dos sujeitos que compõe as escolas brasileiras, por isso a inclusão é um conceito revolucionário na atualidade, uma vez que, segundo Montoan:

A inclusão busca remover as barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno. Aplica-se a todos os que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados pelos mais diversos motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem. O desafio da inclusão para os profissionais que atuam a serviço da melhoria da qualidade de vida humana é projetar artefatos e lançar propostas que não se destinam apenas a um grupo restrito de pessoas (p. 2, 2000).

Assim sendo, o processo de inclusão implica na efetividade da aceitação de forma ampla, ou seja, reconhecendo a singularidades dos sujeitos e os incluindo independentemente de suas particularidades.

Ao discutir sobre inclusão, Pacheco (2007) salienta que o grande desafio da escola hoje é se reestruturar e criar condições de acesso e permanência a todos os estudantes. Para isso, é fundamental o apoio da equipe gestora na condução desse processo, apoiando práticas inovadoras e inclusivas, além de buscar garantir estrutura física, capacitação para os profissionais que atuam na educação e o acolhimento necessário para esses alunos.

Entre os mecanismos norteadores para a realização das práticas inclusivas, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca a

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e

informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, p. 2008).

Apesar dos mecanismos estabelecidos nesse documento, é necessário ter a consciência que esse processo de inclusão na escola não tem um tempo determinado para acontecer, mas segue um fluxo de identificação e minimização de barreiras que limitam a presença, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, nesse sentido, Martins e Gozales Gil afirmam que

o processo para se alcançar uma escola inclusiva não começa e não termina em um tempo determinado, pois é um contínuo em que a evolução e o acompanhamento são necessários a fim de ir modificando, remodelando e ajustando aqueles elementos que marcam atitudes de identidade inclusiva (p.152, 2006).

Por fim, o objetivo principal das discussões e políticas sobre a educação inclusiva é, segundo Montoan,

transformar as escolas, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos. A proposta inclusiva nas escolas é ampla e abrangente, atendo-se às peculiaridades de cada aluno. A inclusão implica mudança de paradigma, de conceitos e posições, que fogem às regras tradicionais do jogo educacional, ainda fortemente calcadas na linearidade do pensamento, no primado do racional e da instrução, na transmissão dos conteúdos curriculares, na serialização dos níveis de ensino (p. 3, 2000).

A partir dessa transformação do cenário escolar, espera-se que essas ações contribuam para que as pessoas valorizem e saibam conviver com as diferenças, tanto em sala de aula, quanto em sociedade.

No Instituto Federal de Rondônia- IFRO essa política de educação inclusiva tem sido realizada por diversos setores e pessoas. Dentro da instituição foi criado um setor diretamente responsável por esse trabalho, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Educacional Específica – NAPNE. A RESOLUÇÃO Nº 35/REIT - CONSUP/IFRO, DE 02 DE JUNHO DE 2020 dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, nela é possível visualizar a finalidade do NAPNE, os objetivos, as competências, organização e estrutura, atribuições, entre outras questões.

Segundo a RESOLUÇÃO Nº 35/REIT - CONSUP/IFRO, DE 02 DE JUNHO DE 2020 “Art. 2º O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades ou superdotação”. Assim percebe-se que é um setor que demanda o atendimento especializado não só aos alunos com algum tipo de deficiência, como também, transtornos

globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades ou superdotação, ou seja, tem como público alunos com vários tipos de especificidades e necessidades.

O principal objetivo do NAPNE segundo a resolução “Art. 3º O NAPNE tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais”. Por fim “Art. 4º O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas”.

Para que isso aconteça o NAPNE precisa e deve dialogar com os diversos setores, profissionais e comunidade que possua alguma ligação com a instituição. Desse modo, apesar dos desafios, é interessante e importante reflexões e ações que promovam o atendimento as necessidades educacionais específica de cada aluno. Por isso, a implantação do NAPNE condiz com a política de educação inclusiva, uma vez que serve de apoio ao aluno e aos profissionais que estão diretamente ligados ao ensino.

O NAPNE dentro do Instituto Federal de Rondônia – IFRO Câmpus Guajará-Mirim atua nos processos de ensino-aprendizagem com a colaboração de servidores docentes, Assistente Social, Pedagogo e psicopedagogo. Estes profissionais ajudam na identificação dos alunos com algum tipo de deficiência e realiza o acompanhamento, orientação e promove a capacitação dos demais servidores para a realização das demandas de atendimento especializado. Além disso, o NAPNE participa nas reuniões do Conselho de Classe dentro da instituição, ainda mais, quando envolve algum aluno atendido pelo setor.

2.3- Caminhos percorridos para a construção da pesquisa

A temática da pesquisa surgiu a partir de experiências e reflexões na trajetória da minha carreira profissional. Nesse sentido, a problemática do Conselho de Classe começou a pairar nas minhas reflexões no exercício das atividades de Técnico em Assuntos Educacionais e docente no Instituto Federal de Rondônia. Existia e ainda existe em mim inquietações sobre esta prática pedagógica, sobretudo quando levamos em consideração as discussões sobre os alunos com algum tipo de necessidade específica. Penso que este tipo de situação deve ser discutido e pensado para que existam ações voltadas para seu aperfeiçoamento, uma vez que é um ato presente no desenvolvimento das ações de ensino-aprendizagem. Logo, a proposta em

elaborar o projeto de pesquisa durante as aulas do programa para esta temática teve como fator essas experiências e inquietações.

A pesquisa é oriunda de um projeto submetido ao Comitê de Ética - CEP, nesse sentido, a pesquisa esteve comprometida com aspectos éticos e legais, sendo aprovado, conforme o Parecer nº 5.779.659 (ANEXO – I). Diante da metodologia da pesquisa, apresentada na introdução, e em consonância com a Resolução nº 466, 12 de dezembro de 2012 e a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Assim, neste trabalho a pesquisa é caracterizada como risco mínimo, pois tratou-se de rodas de conversas sem a intervenção ou modificação intencional nos fatores fisiológicos ou psicológicos e sociais dos indivíduos que participaram do estudo.

A pesquisa, como mencionado na introdução, está embasada na metodologia qualitativa. A escolha partiu do princípio de trabalhar com as aspirações, significados, valores e atitudes percebidas pelos participantes do Conselho de Classe. Coadunando com o pensamento e fundamentando a escolha metodológica da pesquisa, Vieira afirma que

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças, os significados das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa. Para isso, procura interagir com as pessoas, mantendo a neutralidade. A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar o conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são, ainda, insuficientes. A pesquisa qualitativa mostra as opiniões, as atitudes e os hábitos de pequenos grupos, selecionados de acordo com os perfis determinados (p.21, 2009).

Assim, ao adotar essa metodologia as interações com os sujeitos da pesquisa proporcionaram a identificação de problemas, a análise das interações de certas variáveis, a compreensão e a classificação dos processos dinâmicos vividos por esse grupo, contribuindo para a construção do produto educacional.

Tendo em vista que a pretensão foi trabalhar com os membros do Conselho de Classe a fim de entender a dinâmica, desafios e identificar os problemas existentes. Além disso, levando em consideração que o objetivo é melhorar as estratégias e práticas vigentes dentro da instituição por meio da interação com o grupo, a abordagem aplicada para a coleta de dados foi a pesquisa-ação participante.

Segundo Novaes e Gil

A pesquisa-ação participante constitui, pois, um instrumento formativo tanto para os pesquisadores quanto para os sujeitos da pesquisa. Ao longo de seu processo, ela incorpora práticas educativas que transcendem seus objetivos iniciais. O pesquisador qualifica-se ao entrar em contato com a cultura local, incorporar seus elementos, superar-se em seus questionamentos e surpreender-se com as respostas do grupo. Os

sujeitos da prática, por sua vez, além de obter respostas para os problemas de seu cotidiano, envolvem-se em processos coletivos ligados a suas experiências e valores; surpreendem-se ao se confrontarem com seus pressupostos de vida e formação e criam coragem para empreender mudanças (p.154, 2009).

Desse modo, após a aprovação do projeto pelo CEP, a primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento de materiais bibliográficos e documentais sobre o Conselho de Classe e educação inclusiva, além daqueles que regulamentam o desenvolvimento e atividades no campus de aplicação da pesquisa. Estes materiais foram analisados e utilizados para a fundamentação das discussões levantadas nessa pesquisa.

A segunda etapa correspondeu a pesquisa de campo. Nesse momento, foi realizado o contato com as pessoas envolvidas na pesquisa, tais como, docentes, Técnico em Assuntos Educacionais, Direção de Ensino, Coordenador de Curso, Coordenador do NAPNE, psicopedagogo e Pedagogo. Para a apresentação do projeto de pesquisa foi realizada a tentativa de organizar uma roda de conversa com todos os que foram contactados, no entanto, devido à disponibilidade de horário e compromisso dos integrantes, esta roda de conversa teve que ser substituída por conversas individuais com cada integrante. Nessas conversas foram repassados os objetivos e propostas da pesquisa, além dos termos exigidos pelo CEP em pesquisas que envolvam seres humanos. Após o aceite dos integrantes, ao total foram 15 (quinze) participantes, foram realizadas rodas de conversas não estruturadas com os integrantes. Todas as conversas foram gravadas e transcritas, observando as regras exigidas pelo CEP. Essas rodas de conversas tiveram como orientação das discussões quatro pontos: o problema central do Conselho de Classe dentro da instituição; o pré-conselho; propostas para construir um Conselho de Classe mais inclusivo; pós-conselho de classe.

Na terceira etapa, as transcrições das gravações das rodas de conversa não estruturadas foram analisadas e organizadas para subsidiar a construção do produto educacional. Para análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa foi utilizado a Análise Textual Discursiva – ATD, que segundo Moraes:

Pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do *corpus*, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada (p.192, 2003).

Essa técnica, segundo Moraes e Caliazzzi (2016) busca transitar entre as formas de análise de discurso e de conteúdo. Entretanto, apesar desse diálogo há semelhanças e diferenças que a tornam única. O principal aspecto que difere das análises qualitativas

mencionada, segundo Moraes e Caliazzi (2016), é a capacidade de alcançar uma profundidade descritiva e interpretativa do objeto por meio de um olhar multireferencial.

Assim, tendo em vista os três componentes da ATD, o material recolhido durante a coleta dos dados foi inserido no processo de unitarização, ou seja, foi desconstruído/ fragmentados para garantir a interpretação e o isolamento das ideias e dos sentidos da temática investigada. Após a fase de unitarização o material foi posto em ordem por meio do processo de categorização, ou seja, por meio da construção de compreensões manifestas em categorias e subcategorias responsáveis pela representação coletiva da realidade. Por fim, tudo que foi extraído e compreendido foi repassado à comunidade por meio de um produto educacional e por essa dissertação. Assim, há a realização de um diagnóstico das concepções e visões dos membros do Conselho de Classe que participaram da pesquisa. O fruto desse diagnóstico foi posto em constante diálogo com os pensamentos de autores que discutem a questão do Conselho de Classe e a educação inclusiva. Além disso, todo esse material deu suporte para o planejamento e a construção do produto educacional.

Por fim, na quarta etapa, há todo um processo de reflexão sobre as informações recolhidas. A partir dessas reflexões foi possível planejar ações e propostas que moldaram o Guia Pedagógico como proposta de produto educacional. Este guia, depois de pronto, passou pela validação dos participantes por meio de uma roda de conversa não estruturada, onde eles relataram as impressões, visões, sugestões e concepções sobre o produto.

2.4- Concepções e visões sobre o Conselho de Classe numa perspectiva da Educação Inclusiva no Instituto Federal de Rondônia campus Guajará-Mirim.

Considerando o método de análise de dados selecionado, Análise Textual Discursiva (MOARES & GALIAZZI, 2016), para traduzir os significados e concepções obtidas ao longo do processo de coleta de dados, nesse momento serão levantadas as concepções, aspirações, sugestões e críticas dos participantes da pesquisa sobre o Conselho de Classe e o olhar dessa prática voltada para educação inclusiva. Como as entrevistas basearam-se em rodas de conversas não estruturadas, as reflexões elencadas nessa parte da dissertação levarão em consideração assuntos que nortearam a construção do produto educacional e proporcionaram o entendimento e esclarecimento da temática proposta.

Assim, todas as informações extraídas durante as rodas de conversas foram categorizadas, levando em consideração aspectos semânticos e verbais dos sujeitos, com o

objetivo de sintetizar as concepções e ideias discutidas durante as reuniões. Nesse sentido, a análise dos dados proporcionou a organização de todo o material em categorias e a partir desse momento haverá o relacionamento das informações com o intuito de construir inferências sobre o objeto analisado. De acordo com Lüdke

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado (p.53, 2018).

A primeira categoria foi extraída sobre a visão e concepção dos participantes acerca do problema central do Conselho de Classe dentro da instituição. Pela fala dos participantes foi possível observar verbos que repetiam com frequência, essas frequências possibilitam a visualização de questões que caminhavam na mesma direção, ou seja, padrões de concepções construída no grupo, assim, entre os verbos com mais destaque são: direcionamento e acompanhamento.

Como exemplo de falas direcionadas a estes verbos, é possível destacar a concepção do entrevistado 03 e 05

Bom, aí eu também trago a roda aqui de conversa a questão que não há um certo direcionamento em relação aos alunos. É assim, não um direcionamento tão forte como deveria ser mais analítico em relação aos alunos do NAPNE - Necessidades especiais, a gente os mostra lá no quadro geral. É falado que ele é aluno do NAPNE, mas eu acho que deveria ter uma forma de enfatizar melhor, de analisar melhor essa questão dos alunos no intuito de incluir de uma inclusão, né? Porque os problemas são grandes em relação a esses alunos. Tanto para o lado do docente que tem que se adaptar. Às vezes não tem o treinamento, não tem o direcionamento para isso. Professores novos estão chegando, não tiveram essa vivência. Então eu acho que isso poderia ser abordado no conselho de classe de uma forma mais analítica, um pouco mais minuciosa (ENTREVISTADO 03, 15 de agosto de 2023).

A ideia de um conselho de classe constante é interessante porque, de fato, ele poderia gerar um acompanhamento individualizado desses estudantes. Só que da maneira como é feito, isso não acontece de fato. Não há esse acompanhamento sistemático do estudante. Não só porque eles apresentam as questões. E a gente olha, às vezes até lamenta de sala, tadinho e depois não fazemos nada. Mas não é só uma questão de inércia eu acho da comunidade, né, educativa dos docentes, mas é também o modo como politicamente a gente fica estruturado. É impossível fazer um acompanhamento sistemático, por exemplo, de uma turma de primeiro ano que tem 47 alunos, 38. Então o conselho de classe e vira um verniz fajuto. Quer dizer, vai mostrar lá a foto de 30 menino no 15 eu já não lembro mais quem é (ENTREVISTADO 05, 17 de agosto de 2023).

Das quinze pessoas que participaram da roda de conversa, quando o assunto sobre o problema central do Conselho de Classe foi levado para discussão, nove pessoas destacaram que um dos grandes problemas do Conselho de Classe dentro da instituição está relacionado

ao acompanhamento e sete pessoas destacaram o direcionamento. Nesse sentido, infere-se que o Conselho de Classe carece de uma atuação mais ativa do trabalho pedagógico escolar, uma vez que, segundo Libâneo (2001) o trabalho pedagógico escolar é desenvolvido, planejado e executado pelos professores e pela coordenação.

A coordenação pedagógica é responsável por articular o processo educativo com os diversos atores do sistema educacional – professores e estudantes- visando construir práticas educativas que proporcionem construções e trocas de experiências exitosas. Libâneo (2001) ainda menciona que para construção dessas práticas é necessário que exista discussões entre professores, alunos e a coordenação pedagógica para a estruturação de trabalhos ou projetos pedagógicos que garantam a resolução de problemas levantados pela equipe. Ainda ressalta que o processo de execução desses projetos ou trabalhos são realizados pelo corpo docente com o apoio da equipe pedagógica, e por fim, menciona a necessidade de acompanhamento e avaliação dessas ações por parte desses atores que construíram essas iniciativas.

Desse modo, o **direcionamento e acompanhamento** elencados pelos participantes carece de alinhamentos e trabalho em equipe, uma vez que, a construção de estratégias para conseguir construir um acompanhamento constante das ações formuladas durante o conselho e o direcionamento almejado são pensados e propostos pelos envolvidos nos processos de ensino dentro da instituição, seja o corpo docentes, discente ou técnico. Vale ressaltar que, a atribuições de responsabilidades por cada atividade já estão delimitadas nos próprios instrumentos normativos que regem a instituição.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso Técnico Informática Integrado ao Ensino Médio - PPC, por exemplo, afirma que

O acompanhamento pedagógico é uma estratégia importante de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, tanto é assim que foi contemplado nas políticas educacionais brasileiras, tendo como objetivo, atenuar a realidade de fracasso escolar, orientar a aprendizagem dos alunos de acordo com suas necessidades. O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Campus Guajará-Mirim se organiza de modo que o curso seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiados e pedagógico-administrativo. As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos alunos e está pautada no diálogo (p.21,2019).

A segunda categoria foi apreendida a partir de discussões realizada pelos participantes da pesquisa acerca do Conselho de Classe como instrumento no processo de inclusão dos alunos atendidos pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Educacional Específico – NAPNE dentro da instituição. A partir da fala dos participantes foi possível perceber aspectos semânticos que direcionavam para a questão da **importância desse**

tempo/momento entre os membros do Conselho. Exemplo disso está na fala dos entrevistados 07 e 01

Pelo que eu percebi recentemente, aqui no campus. Às vezes é o único momento que o pessoal saiba quem são as integrantes do NAPNE. Sabe quais são os alunos que tem deficiência. Sabe quais são as deficiências. Porque pelo que eu percebi, desde o dia que eu cheguei, eu não tive uma situação enquanto professora, independentemente de ter aluno com necessidade específica ou não, de saber que existe um setor e que nesse setor teriam pessoas que estavam acompanhando certos alunos. E quais seriam as deficiências desses alunos ou dificuldades desses alunos, né? É complicado dentro do conselho entender, cair, digamos, de paraquedas nesse momento e, sim, tomar uma consciência do que tudo o que nos cerca, de tudo está acontecendo naquele campo, né? Então, acho que o conselho, na verdade, se tornou o único momento em que a gente tem o conhecimento do NAPNE e dos alunos e conhece a dificuldade dos outros professores, porque a gente, como a professora falou, a gente não tem muito tempo e eu não consigo perceber isso em outros momentos. Em outras reuniões, na conversa com a direção de ensino, com o departamento de apoio ou com as frentes do ensino que cheguem para nós, vamos falar agora sobre alguns alunos nossos aqui. Ou algumas dificuldades, nós não temos esse momento em nenhum momento. O único momento é o conselho de classe. E aí fica moroso, fica cansativo, fica até às vezes estressante. E às vezes inoperante, porque os caminhamentos não são feitos no final (ENTREVISTADO 07, 23 de agosto de 2023).

Eu Acredito que é o momento ideal para ser discutido essa questão, porque ali que o professor vai dizer, olha, eu estou com dificuldade, eu tenho um aluno X, que eu não estou conseguindo me adaptar, aí é a hora dele gritar - Eu sou o professor deste aluno e eu estou usando essa metodologia e está funcionando. Então eu acho que ali no conselho de classe, onde são apresentadas dificuldades, onde é nós podemos ver o rendimento do aluno. É o momento perfeito para o docente manifestar dificuldade e está aberto a receber aí um direcionamento de um outro docente que tenha uma experiência com um aluno nessa situação (ENTREVISTADO 01, 15 de agosto de 2023).

Das quinze pessoas que participaram da pesquisa, oito pessoas realçaram a importância desse momento para compartilhar experiências, conhecer os alunos atendidos pelo NAPNE, discutir ações e estratégias ou relatar suas dificuldades. Nesse sentido, dentro da instituição infere-se que há uma carência de outros momentos entre os docentes e a equipe pedagógica para discutir sobre ações voltadas para a educação inclusiva, sendo o Conselho de Classe um instrumento de promoção da educação inclusiva dentro da instituição.

Sobre o tema, Pacheco (2007) afirma que, para que a educação inclusiva seja efetiva, o ambiente educacional deve ser acolhedor e que proporcione segurança ao estudante. Para isso, o ambiente escolar deve proporcionar condições de acesso e permanência e a equipe gestora deve apoiar práticas que sejam inovadoras e inclusivas, como as descritas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, p.10, 2008).

Todas essas ações para serem realizadas demandam tempo e proporcionam momentos. Logo, por mais que o Conselho de Classe seja um instrumento nesse processo da educação inclusiva, não é viável que este seja o único espaço e instrumento apto a proporcionar essas trocas de experiências sobre a educação inclusiva dentro da instituição. É necessário que a escola proporcione ao aluno com algum tipo de necessidade específica o atendimento educacional especializado, isso demanda tempo e proporciona momentos. É necessário que família e a comunidade participem das ações, discussões e projetos que estejam relacionados à educação inclusiva e isso demanda tempo e proporciona uma série de momentos com expressivas construções e trocas de experiência. Além disso, é fundamental que exista tempo para que os profissionais que atuam na educação possam estar participando de formações, inclusive formações voltadas para o atendimento educacional especializado, uma vez que este tempo será o espaço temporal mais significativo para construção de novos conhecimentos e trocas de experiência. Sobre este último ponto, o entrevistado 02 diz o seguinte:

Precisa também de uma oficina de formação. Existe dificuldade de uma forma geral para a aplicação. Acho que quando a gente está falando de estudantes do NAPNE é maior ainda pelas especificidades, né? Com essas oficinas de formação seria importante para a gente conseguir desenvolver essas habilidades que são necessárias (ENTREVISTADO 02, 15 de agosto de 2023).

Colaborando com o pensamento, o entrevistado 05 afirma que

Obviamente que quando você traz os nomes, quando você traz os profissionais que acompanham. Isso ajuda a você criar um olhar, mas no meu caso, por exemplo, uma palestra não obrigatória feita pelo NAPNE foi muito mais eficiente do que o conselho de classe. Foi uma palestra de 1 hora, com duas psicopedagogas e me deram pistas ali para acompanhar de outras maneiras, especialmente os alunos acompanhados pelo NAPNE. Para dizer o conselho de classe poderia oferecer isso, não é? Esses files, essas ideias, tal, mas não consegue, então na palestra externa foi que possibilitou esta percepção (ENTREVISTADO 05, 17 de agosto de 2023).

A terceira categoria foi observada a partir da inferência sobre falas direcionada aos verbos **ouvir e coletar**. Essa inferência foi proporcionada pelas percepções levantadas a partir da temática do pré-conselho. O verbo coletar foi mencionado por três participantes, já o verbo

ouvir foi mencionado por quatro participantes. Nesse sentido, é possível perceber que os participantes consideram que o ato de ouvir e coletar são fundamentais nesse momento que antecede o Conselho de Classe, ou seja, o pré-conselho.

O ato de ouvir representa a sensibilidade por parte do corpo pedagógico da instituição em procurar conhecer mais sobre o aluno, sobre suas necessidades, dificuldades, objetivos, desejos, críticas e entre outras situações. As informações que são extraídas desses alunos são fundamentais para traçar estratégias com os membros do Conselho para ajudar este aluno conforme suas necessidades. É importante também que este ato de ouvir também seja realizado com os docentes que trabalham diretamente com este aluno, dado que, às vezes as informações repassadas pelo corpo docente podem contribuir para fechar brechas que impedem com que este aluno avance, como por exemplo, a dificuldade desse professor em fazer uma adaptação curricular para algum aluno com deficiência.

Portanto, o ato de ouvir, e consequentemente de coletar informações é importante, pois ajudará a reconhecer os sujeitos formadores do conselho e os interesses, visões e necessidades de cada um deles neste processo. Assim, Dalben (p.69, 2004) diz que “quando se discute o Conselho de Classe com bases em informações disponíveis para os membros, discutem-se também as concepções de avaliação escolar presente nas práticas dos professores e discutem-se também a cultura escolar e a cultura que as vem produzindo”.

Logo, é importante que o pré-conselho aconteça, ao mesmo tempo, é importante que aconteça com significado, objetivos e estratégias já delineadas, uma vez que é uma das fases que criam significado para o encontro coletivo do conselho de classe por trazer informações que ajudaram nas discussões e proposições de ações. Pensando em proposição de ações, durante as rodas de conversa algumas pessoas mencionaram sobre a necessidade de se pensar um pré-conselho que olhe para os alunos com alguma necessidade específica de forma direcionada, como observado na fala do entrevistado 04

Não posso incluir com palavras, eu preciso incluir com atitudes. Então, na minha concepção, pré-conselho deveria, possivelmente os profissionais do próprio NAPNE, né? Conversar com aluno ou CAED, né? Que lida diretamente com o aluno e tirando dele sistematicamente registros para que a gente possa no conselho dizer essa é a necessidade que ele próprio diz que tem, que o próprio acadêmico diz que tem, creio que o pós-conselho seria então atender aquilo que o sujeito diz, é a minha necessidade. Eu gostaria que a escola fizesse isso (ENTREVISTADO 04, 17 de agosto de 2023).

A quarta categoria foi extraída a partir das discussões que envolviam propostas para se construir um Conselho de Classe mais inclusivo dentro da instituição. As tendências que

foram mais ressaltadas estavam direcionadas aos aspectos semânticos. Nesse sentido, a palavra **colegiado** foi mencionada por seis pessoas e **objetivos de aprendizagem** foi mencionada por cinco pessoas.

Conforme a RESOLUÇÃO Nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, DE 03 DE JANEIRO DE 2018 que dispõe sobre o Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, os Colegiados de Curso são órgãos de apoio à gestão pedagógica, de caráter consultivo e deliberativo dos cursos que representam. Eles têm como competência, segundo o artigo 28 da resolução:

I - deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do projeto pedagógico de curso a partir da legislação vigente e de estudos de pesquisa de demanda realizadas; II - aprovar em primeira instância o projeto pedagógico do curso considerando as normas institucionais e a legislação nacional vigente; III - planejar, executar e avaliar eventos e ações específicas de curso previstas no calendário acadêmico e projeto pedagógico de curso; IV - planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar; V - assessorar a coordenação do curso na organização e condução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, prática profissional supervisionada (estágio ou atividade equiparada) e atividades acadêmico-científico-culturais; VI - estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Direção de Ensino; VII - planejar e implementar ações com vistas à ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo; VIII - propor projetos de incentivo à capacitação dos docentes do curso; IX - propor investimentos na infraestrutura do curso, como laboratórios, salas, etc. X - propor projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso; XI - deliberar acerca de qualquer atividade relacionada ao atendimento dos discentes; XII - manifestar-se sobre temas de ordem didático-pedagógica que lhe sejam submetidos por quaisquer outras instâncias; XIII - decidir entre os pares a constituição do Núcleo Docente Estruturante para o curso, no caso dos cursos de graduação; XIV - analisar em primeira instância os casos omissos em matéria didático-pedagógica no âmbito do curso que representa.

Sobre os objetivos de aprendizagem (Luiz & Botomé, 2017) afirma que são descrições do que deve ser apreendido pelo aluno até o final de um programa de ensino, curso ou disciplina. Além disso, são importantes para que o professor possa ter critérios sobre o que precisa avaliar e sobre as metodologias de ensino mais adequadas para que o aluno consiga aprender.

Realizados esses esclarecimentos sobre os conceitos e objetivos dos colegiados e objetivos de aprendizagem, a discussão em volta dessa proposta de atuação dos colegiados dentro do processo da educação inclusiva dentro da instituição partiu de inquietações dos entrevistados sobre a importância desse órgão para o andamento do curso e como ele pode estar contribuindo para o aprendizado dos alunos com algum tipo de deficiência. Para isso, foi possível observar a ideia de se trabalhar com objetivos de aprendizagem para os alunos

atendidos pelo NAPNE, e esses objetivos poderiam ser construídos pelo próprio colegiado, após, seriam avaliadas as ações e resultado no Conselho de Classe. Sobre a temática, o entrevistado 05 afirma o seguinte:

Todo mundo devia ser avaliado pelos objetivos de aprendizagem, não pelo conteúdo. Ainda mais agora que na internet você encontra tudo. Então eu acho que o colegiado deveria propor objetivos de aprendizagem. Isso devia ser ali acertado, combinado e aí poderia ser feito esse acompanhamento já planejado desses estudantes. No final do bimestre, o conselho de classe seria um espaço de se apresentar isso. No colegiado seria até mais fácil porque não são todos os alunos e não são todos os professores que dão aula para os alunos específicos, então colegiado poderia, inclusive, fazer reuniões específicas para alunos, por exemplo, do primeiro ano. Não vai ser a mesma realidade como de graduação, então eu acho que seria um processo interessante. Nessa reunião do colegiado, obviamente, o NAPNE estaria acompanhando esse processo, não é. Então eu vejo que essa é uma possibilidade. Nós hoje não fazemos isso. Nós hoje, adaptamos ou nem adaptamos, o que alguns tentam fazer é adaptar o conteúdo para um aluno específico e não dá certo, óbvio. Porque a gente deveria ter um objetivo de aprendizagem a partir dele, acompanhando esse estudante, né? Então eu vejo nesse sentido, uma solução muito clara, é trabalhar em conjunto com o colegiado (ENTREVISTADO 05, 17 de agosto de 2023).

Por fim, a quinta categoria corresponde a um aspecto semântico das falas dos participantes que é a questão do **retorno/feedback** do Conselho de Classe. Esta categoria surgiu a partir das discussões sobre a importância do pós-conselho dentro da instituição. Das quinze pessoas que participaram da pesquisa, oito pessoas mencionaram sobre a importância do retorno/feedback do Conselho de Classe, o que denota uma preocupação por parte dos participantes sobre um dos objetivos do processo de avaliação do conselho, que é justamente as respostas sobre as questões e propostas levantadas, discutidas e executadas durante o processo de Conselho de Classe. Nestes termos, o entrevistado diz que

a questão é tornar o conselho muito mais eficiente, porque assim não resta dúvida que o momento do conselho ele é importante. Mas ele não pode, por exemplo, morrer em si próprio. Ele precisa ter uma extensão e a extensão é justamente o retorno para próximo tempo, próximo bimestre o que foi detectado no primeiro bimestre, por exemplo, não se repita no segundo, ou pelo menos se minimize. Nesse aspecto que eu tenho essa preocupação (ENTREVISTADO 04, 17 de agosto de 2023).

Desta forma, segundo Cruz (2005), o conselho de classe é entendido como um momento de espaço de avaliação, portanto, por ser realizado de forma participativa cumpre ajudar na formação da subjetividade e da criticidade do docente e do discente, logo, não pode ser um instrumento que não crie retorno, uma vez que as respostas oriundas desse processo avaliativo devem contribuir para averiguar permanentemente se o processo está de acordo com os objetivos que pretende atingir. É nisso que consiste a avaliação, que assim se mostra,

ao mesmo tempo, como algo específico do ser humano e como processo imprescindível à realização do projeto de existência histórico dele.

2.5- Desenvolvimento e avaliação do produto educacional em uma perspectiva da educação inclusiva.

As análises realizadas a partir dos resultados dessa pesquisa, mais especificamente, as categorias identificadas com os dados oriundos das rodas de conversa, bem como, do referencial bibliográfico e documental, corroboraram para o desenvolvimento do produto educacional em formato de guia pedagógico intitulado - Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe inclusivo.

A construção desse produto educacional teve como base, inicialmente, a pesquisa bibliográfica e documental. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo, objetivando delinear o problema central da pesquisa, bem como propor reflexões e sugestões de como construir um Conselho de Classe que pense e crie ações na promoção da educação inclusiva dentro da instituição. Nesse sentido, a identificação das categorias oriundas das rodas de conversa e o referencial teórico, foram fundamentais para a construção desse produto educacional, uma vez que nortearam a temática e as propostas presentes no guia.

As orientações apresentadas nesse material objetivam contribuir e promover a conscientização sobre a importância desse instrumento para a promoção do ensino-aprendizagem e para a promoção da educação inclusiva. Além disso, de acordo com Costa (2014), o guia traz uma linguagem acessível para o leitor que possibilitará o entendimento e a orientação adequada nas ações, técnicas ou tarefas a serem executadas. Vale ressaltar, que a escolha desse gênero textual, tem como base as categorias identificadas durante as análises realizadas dos dados obtidos na roda de conversa, tais como: **direcionamento e acompanhamento; a importância desse tempo/momento; ouvir e coletar; objetivos de aprendizagem; colegiado; retorno/feedback.**

O “Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe inclusivo” contém a seguinte estrutura: Apresentação; Aspectos conceituais e regulamentares do Conselho de Classe; A composição do Conselho de Classe; Atribuição dos membros do Conselho de Classe; Organograma do Conselho de Classe; 1º ETAPA: Diagnóstico psicopedagógico; 2º ETAPA: Planejamento; 3º ETAPA: Pré-conselho de classe; 4º ETAPA: Reunião do Conselho

de Classe; 5º ETAPA: Pós-Conselho de Classe; Avaliação do Conselho de Classe; Finalizando e Referência.

O produto educacional foi realizado com o custeio do próprio pesquisador. Contou com o apoio da Larissa de Castro de Freitas, graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Rondônia, na diagramação e revisão do material. Foi utilizada a plataforma “Canva” para a arte visual do produto. É possível observar no guia o aproveitamento de imagens e conteúdos textuais a fim de garantir uma harmonia e minimização do cansaço ilustrativo.

O “Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe inclusivo” foi encaminhado via e-mail para os participantes da pesquisa e solicitado que analisassem o material. Em seguida, para avaliação do produto, foi marcada uma roda de conversa não estruturada a fim de criar um espaço de debate e reflexões sobre a temática e o produto apresentado. Nessa reunião, eles puderam expressar suas opiniões e sugestões para a melhoria do produto. Toda a reunião foi gravada e transcritas para análise. Participaram da reunião dez pessoas.

Durante a reunião, quando o assunto das discussões estava relacionado às impressões que os participantes tiveram do produto educacional, foi possível observar questões que envolviam o conteúdo textual; aspectos conceituais; diagramação e apresentação visual; a importância do material para a prática pedagógica do Conselho de Classe dentro da instituição e para a educação inclusiva. Essas percepções podem ser visualizadas a partir das seguintes falas:

Entrevistado 01 - Achei o produto uma ideia incrível e necessária para disseminação dos procedimentos e regulação do conselho de classe, muito bem elaborado e didático, creio que possa ajudar bastante com os setores envolvidos.

Entrevistado 03 - Muito bem-organizado e de fácil entendimento.

Entrevistado 04 - O Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe Inclusivo está deslumbrante. Tanto nos aspectos conceituais, quanto visuais. Está um produto maravilhoso. Parabéns pela dedicação em escrever um Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe Inclusivo.

Entrevistado 05 - Eu acredito que a precisão das informações e a profundidade do conhecimento abordado atendem às necessidades. O Guia Pedagógico é envolvente em qualidade visual e apresenta facilidade em ser compreendido.

Entrevistado 06- Entendo que o "Guia Pedagógico para a Realização de um Conselho de Classe Inclusivo" se apresenta como um recurso educacional fundamental projetado para auxiliar professores, coordenadores de curso, direção de ensino e demais profissionais da educação a realizar reuniões de Conselho de Classe

de forma inclusiva e eficaz. O guia abrange diversos aspectos, começando pelo conteúdo do material, que incluem diretrizes e estratégias para a realização de conselhos de classe que atendam às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origens ou necessidades especiais. Do ponto de vista conceitual, o guia baseia-se na premissa de que a educação inclusiva é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno de todos os alunos dos cursos técnicos integrado ao ensino médio do campus IFRO/Guajará-Mirim, destacando a importância da diversidade e da valorização das diferenças como fatores enriquecedores do ambiente escolar. A diagramação do material é de fácil compreensão, apresentando uma linguagem clara e acessível, juntamente com ilustrações, tornando-o amigável para professores, gestores e demais envolvidos. A apresentação visual é igualmente atraente, com o uso de cores que denotam inclusão, diversidade e colaboração. Isso ajuda a criar um ambiente positivo em torno dos temas e proposições abordadas no guia. Em termos de educação inclusiva, o guia desempenha um papel transformador, ao promover, em vários aspectos, uma cultura escolar que valoriza a diversidade e combate a discriminação. Em resumo, avalio que o "Guia Pedagógico para a Realização de um Conselho de Classe Inclusivo" é uma ferramenta valiosa que não apenas aprimora a prática pedagógica do conselho de classe, mas também impulsiona a educação inclusiva, ajudando a construir no Campus IFRO/Guajará-Mirim um ambiente mais igualitário e acolhedor.

Entrevistado 07 - O material está bastante didático e oferece a possibilidade de visualização da organização do conselho de classe e dos papéis dos atores envolvidos. Apresenta também de forma bastante proveitosa como o conselho pode ser um instrumento de acompanhamento sistemático dos estudantes atendidos pelo NAPNE, de forma a melhorar a inclusão desses estudantes.

Entrevistado 08- Produto com bastante informações relevantes e de amplo interesse para entendimento do Conselho de Classe e aspectos relacionados à inclusão.

Vale ressaltar que, além dos elogios e pontos destacados acima, há também críticas sobre o produto, tal como ressaltado pelo entrevistado 02 que afirma que “Considerarei um tanto teórico e pouco inovador”. Esta fala é importante ser analisada, uma vez que reflete a insatisfação do entrevistado, uma vez que, conforme as reuniões realizadas antes da confecção do produto, há um anseio em visualizar algo totalmente inovador para a execução de um Conselho de Classe dentro da instituição.

Os participantes da pesquisa apresentaram algumas sugestões para a melhoria do produto que envolvem: melhorias na fonte utilizado no material; melhorias nas imagens utilizadas ou não utilizadas; padronização na formatação do material; realização da numeração de páginas; inclusão de referências no material. Essas sugestões podem ser extraídas das seguintes falas:

Entrevistado 01 - Só pontuo quanto ao visual gráfico: achei a fonte muito grande tornando a leitura visualmente pesada.

Entrevistado 04 - Apenas uma sugestão de imagem. Na primeira página colocar uma imagem com a diversidade de deficiências.

Entrevistado 05 - Acentuo que em algumas páginas as margens do produto estão estreitas, o que torna a impressão mais complicada. Sugiro padronizar as margens na formatação.

Entrevistado 06 - A minha sugestão seria relacionada à qualidade de algumas imagens que me parecem não estar totalmente nítidas e a adequação destas imagens em relação às cores principais do guia.

Entrevistado 07 - Sugiro que tire o negrito das palavras eu deixaria somente os títulos de destaque em negrito; no caso também senti dificuldade de referenciar alguma página visto que não estão numeradas no sumário penso que seria interessante referenciar a página, também nas referências bibliográficas é bom colocar a Resolução no 7/REIT - CONSUP/IFRO de 03 de janeiro de 2018 porque ela é usada no seu trabalho.

Entrevistado 09 - As páginas devem ser numeradas.

Entrevistado 10 - Sugiro inclusão nas referências dos documentos institucionais: as resoluções mencionadas.

Após a análise desses dados, foram realizados ajustes no “Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe inclusivo” com a intenção de proporcionar melhorias que condizem com as expectativas e sugestões apresentadas. Esses ajustes podem ser visualizados no material disponível no Apêndice I dessa dissertação. Vale ressaltar, que esse processo de avaliação do produto pelos participantes da pesquisa, além das melhorias construídas para o produto educacional, proporcionou a criação de novas inquietações e reflexões sobre o fazer pedagógico do Conselho de Classe, tais como, o desafio de construir algo inovador entre grupos de pessoas com opiniões e visões diferentes, ao mesmo tempo, aguçou a vontade de produzir novas pesquisas e a aquisição de novos conhecimentos sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, a pesquisa teve como principal objetivo estudar o desenvolvimento do Conselho de Classe de uma turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio dentro do Instituto Federal de Rondônia – IFRO no Campus Guajará-Mirim a fim de identificar lacunas gerenciais que levam a falta de efetividade da inclusão da pessoa com deficiência nos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, a pesquisa surgiu a partir de inquietações do próprio pesquisador que muitas vezes não são resolvidas/respondidas, entre elas, a falta de orientação de como aplicar as estratégias construídas durante os conselhos, e a ausência de efetividade dessas ações ao longo do ano letivo.

Para alcançar o objetivo proposto, no primeiro momento foi realizada uma análise documental e bibliográfica. Foram utilizados na análise documental importantes documentos que orientam a organização e ações executadas na instituição, tais como: LDB/96, Projeto Pedagógico de Curso – PPC, Resoluções e Regulamentos institucionais. O referencial teórico utilizado para dialogar com os dados obtidos na pesquisa e fundamentar as concepções e reflexões extraídas durante as análises leva em consideração autores que discutem sobre Gestão Pedagógica – CAMARGO, 1997; HORA, 2007; LÜCK, 2010, entre outros, Conselho de Classe – DALBEN, 2004; CRUZ, 2005; PARO, 1986 e Educação Inclusiva – GUSMÃO, 2011, MANTOAN, 2000; MARTÍN, 2006.

A partir das análises dessa primeira etapa foi possível perceber que existe na legislação, resoluções e regulamentos institucionais a previsão do Conselho de Classe, com os objetivos, membros, atribuições de cada membro, período de execução e responsabilidades. No entanto, foi possível perceber que não existe instrumentos ou orientações práticas de como o Conselho de Classe deve ser executado para promover ações, acompanhamento e avaliações relacionados aos alunos com algum tipo de deficiência dentro da instituição.

Na segunda etapa foram realizadas rodas de conversas não estruturada. Estas rodas de conversa foram realizadas com quinze servidores que são membros do Conselho de Classe de uma turma do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do IFRO - Campus de Guajará-Mirim. Todas as rodas de conversas foram gravadas e posteriormente transcritas. Para a análise dos dados extraídos, foi utilizado a Análise Textual Discursiva – ATD. A partir desse método foi identificado algumas categorias que subsidiaram na verificação das lacunas gerenciais e pedagógicas existente no Conselho de Classe da instituição, bem como, informações que orientaram a construção do produto educacional dessa pesquisa. Entre as categorias identificadas estão: direcionamento e acompanhamento; importância desse tempo/momento do Conselho de Classe; ouvir e coletar; colegiado e objetivos de aprendizagem.

Como fruto dessa segunda etapa, foi possível construir o produto educacional - Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe inclusivo. As categorias identificadas na análise dos dados extraídos das rodas de conversas e as informações oriundas do referencial bibliográfico e documental contribuíram significativamente para a montagem do conteúdo teórico e visual presente no material. Vale salientar que, a elaboração desse produto educacional, visa diminuir algumas das lacunas gerenciais e pedagógicas identificadas durante a pesquisa, ao mesmo tempo, contribuir para o direcionamento de ações presente no processo

de planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação do Conselho de Classe dentro da instituição, sobretudo, na promoção do processo de inclusão de alunos com deficiência dentro da instituição. O produto educacional poderá ser disponibilizado no formato impresso ou digital.

Após a confecção do “Guia pedagógico para a realização de um Conselho de Classe inclusivo” realizou-se a avaliação com os participantes da pesquisa. No entanto, diferente do que aconteceu na segunda etapa, que participaram quinze pessoas, nessa avaliação participaram apenas dez pessoas. A avaliação foi significativa, uma vez que os participantes reconheceram a importância de se estabelecer práticas com direcionamento. Além disso, foi possível identificar críticas, elogios e sugestões para a melhoria do produto. Conclui-se que o guia apresentado poderá contribuir para a prática do Conselho de Classe dentro da instituição, ao mesmo tempo, que contribuirá para a promoção da educação inclusiva dos alunos com deficiência dentro da instituição.

Por fim, espera-se que esta dissertação e o produto educacional dessa pesquisa contribua significativamente na execução do Conselho de Classe dentro do Instituto Federal de Rondônia – *Campus* Guajará-Mirim. Além disso, espera-se que este material também proporcione reflexões e ações direcionadas para a melhoria de práticas voltadas à educação inclusiva dentro da instituição. Almeja-se também que este trabalho possibilite a continuidade e o surgimento de novas pesquisas e projetos voltados para a temática do Conselho de Classe e da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. **O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas**. Educação e Sociedade, Campinas- SP, v. 26, n. 92: Especial, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30/04/2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 5.672, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 30/04/2022.

BRASIL. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 3, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019.

BERGAMO, R. B. **Pesquisa e Prática Profissional: educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2009.

CAMARGO, R. B. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

COSTA, S.R. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.

CRUZ, Carlos H. C. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar**. São Paulo: Loyola, 2005.

DALBEN, Â. I. L. de F. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas-SP, Papirus, 2004.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUSMÃO, F. A. F.; MARTINS, T. G.; LUNA, S. V. **Inclusão Escolar como uma Prática Cultural: uma análise baseada no conceito de metacontingência**. Revista Psicologia da Educação, São Paulo, 2011.

HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.

LÜCK, H. **A Gestão Participativa na Escola**. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Vozes, 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. - [2. ed]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

Luiz, F. B., & Botomé, S. P. **Avaliação de objetivos de ensino de História a partir da contribuição da Análise do Comportamento**. Acta Comportamentalia, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **O verde não é azul listrado de amarelo: considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência**. In: Espaço, n.13, junho 2000.

MARTÍN, P. S.; GONZÁLEZ-GIL, F. **Experiência de Inclusão na Formação de Professores**. Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

MORAES, R.; GALIAZZI, M.C. **Análise Textual Discursiva**. 2. Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Ciência & Educação, São Paulo, 2003.

NOVAES, Marcos B. C.; GIL, Antônio C. **A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas**. RAM – Revista de Administração Mackenzie, v. 10, n. 1 • JAN./FEV. 2009.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 200.

Projeto Pedagógico do Curso Técnico Informática Integrado ao Ensino Médio. Disponível em: [Técnico em Informática \(ifro.edu.br\)](http://ifro.edu.br). Acessado em: 09/09.2023.

RESOLUÇÃO Nº 24/REIT - CONSUP/IFRO, DE 26 DE MAIO DE 2023. **Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO**. Disponível em: [Documentos Institucionais \(ifro.edu.br\)](http://ifro.edu.br). Acessado em: 15/06/2023.

RESOLUÇÃO nº 7/REIT - CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018. **Dispõe sobre o Regulamento do Conselho de Classe, do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**. Disponível em: [Resolução nº 07/CONSUP/IFRO, de 03 de janeiro de 2018](http://ifro.edu.br). Acessado em: 05/06/2022.

RESOLUÇÃO nº 35/CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020. **Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO**. Disponível em: [Resolução nº 35/CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2020](http://ifro.edu.br). Acesso em: 12/06/ 2022.

ROCHA, A. D. C. da. **Conselho de classe: burocratização ou participação?** – Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

ROCHA, A. D. C. da. **Conselho de Classe: burocratização ou participação?** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

RÔÇAS, G.; MOREIRA, M. C. A.; PEREIRA, M. V. **“Esquece tudo o que te disse”: os mestrados profissionais da área de ensino e o que esperar de um doutorado profissional.** Revista ENCITE, 2018.

SANTOS, B. S. **No Futuro Seremos Trans-escalares.** Revista Sul, publicação da bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, n. 3, p. 8, abr./ago. 2001.

SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2004.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.